

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: POR UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA E INDISSOCIÁVEL

*Andrea Oliveira da Silva**, *Nilza Rogéria de Andrade Nunes***

RESUMO

O artigo analisa o papel da extensão universitária no contexto acadêmico brasileiro, ressaltando sua relevância como instrumento de diálogo entre universidade e sociedade. Discute a influência do positivismo na fragmentação do conhecimento, assim como o surgimento, com a Constituição de 1988, do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Destaca a transdisciplinaridade como base para uma universidade inclusiva, integradora de múltiplos saberes. A Resolução n.º 7/2018 é apresentada como marco para consolidar essa integração. Defende-se a inserção da extensão na pós-graduação como estratégia para democratizar o conhecimento, fortalecer o compromisso social e superar o produtivismo. Conclui-se que incorporar plenamente a extensão é fundamental para construir uma universidade crítica, transformadora e socialmente referenciada.

Palavras-chave: extensão universitária; indissociabilidade; transdisciplinaridade.

* Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Assistente Social e Advogada. Assessora na Vice-reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica da PUC-Rio. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9462-7602>. Correio eletrônico: andy3536@hotmail.com.

** Pós-doutorado em Saúde Coletiva, Doutorado em Serviço Social, Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2208-1054>. Correio eletrônico: nr.nunes@puc-rio.br.

**UNIVERSITY EXTENSION IN GRADUATE STUDIES:
TOWARD A SOCIALLY REFERENCED AND INDISSOCIABLE UNIVERSITY**

ABSTRACT

The article analyzes the role of university extension in the Brazilian academic context, highlighting its relevance as an instrument of dialogue between the university and society. It discusses the influence of positivism on the fragmentation of knowledge and the emergence, with the 1988 Constitution, of the principle of the inseparability of teaching, research, and extension. It emphasizes transdisciplinarity as the foundation for an inclusive university capable of integrating multiple forms of knowledge. Resolution n. 7/2018 is presented as a milestone in consolidating this integration. The inclusion of extension in graduate studies is advocated as a strategy to democratize knowledge, strengthen social commitment, and overcome productivism. It concludes that fully incorporating extension is essential to building a critical, transformative, and socially grounded university.

Keywords: *university extension; inseparability; transdisciplinarity.*

2

**EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN EL POSGRADO:
POR UNA UNIVERSIDAD SOCIALMENTE REFERENCIADA E INDISOCIABLE**

RESUMEN

El artículo analiza el papel de la extensión universitaria en el contexto académico brasileño, resaltando su relevancia como instrumento de diálogo entre la universidad y la sociedad. Examina la influencia del positivismo en la fragmentación del conocimiento y el surgimiento, con la Constitución de 1988, del principio de la indisolubilidad entre enseñanza, investigación y extensión. Destaca la transdisciplinariedad como base para una universidad inclusiva e integradora de múltiples saberes. La Resolución n.º 7/2018 se presenta como un hito para consolidar esa integración. Se defiende la inserción de la extensión en el posgrado como estrategia para democratizar el conocimiento, fortalecer el compromiso social y superar el productivismo. Se concluye que incorporar plenamente la extensión es fundamental para construir una universidad crítica, transformadora y socialmente referenciada.

Palabras clave: *extensión universitaria; indisolubilidad; transdisciplinariedad.*

1 INTRODUÇÃO

A universidade exerce um papel central na formação de sujeitos críticos e no fortalecimento da democracia, tendo a extensão universitária como um de seus principais instrumentos de diálogo com a sociedade. Entretanto, historicamente, a extensão foi marginalizada na estrutura acadêmica, subordinada a um modelo universitário que priorizou a pesquisa e o ensino de forma dissociada das realidades sociais. Esse cenário é resultado da herança de uma ciência eurocêntrica e positivista, que fragmentou o conhecimento e desconsiderou outras epistemologias, especialmente os saberes populares e coletivos.

Nas últimas décadas, o sistema de pós-graduação brasileiro tem enfrentado o desafio de reafirmar seu compromisso social diante das exigências de produtividade e competitividade acadêmica impostas por políticas de avaliação e financiamento. Nesse contexto, a universidade reafirma-se não apenas como espaço de produção e difusão do conhecimento, mas também como instituição responsável pela formação de sujeitos críticos e pela consolidação democrática. A extensão universitária, compreendida como prática dialógica e de construção compartilhada de saberes, emerge como dimensão essencial para aproximar a academia das realidades sociais, tornando o conhecimento científico mais plural, ético e comprometido com o bem comum.

Assim, as práticas extensionistas vêm buscando consolidar-se como estratégias fundamentais para a promoção da democracia e o fortalecimento da participação social na produção do conhecimento. Inspirada nos princípios da Educação Popular, a extensão rompe com a lógica assistencialista e verticalizada ao promover práticas dialógicas e emancipatórias entre universidades e comunidades. Essa perspectiva confronta a visão produtivista ainda predominante na pós-graduação, em que a valorização exclusiva da pesquisa tende a enfraquecer a formação de profissionais efetivamente comprometidos com as transformações sociais.

O desafio contemporâneo, portanto, não se restringe à ampliação da extensão, mas às suas afirmações como uma prática política e formativa que contribui para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa. A pós-graduação, ao ignorar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes distancia-se das demandas sociais e reforça uma posição acadêmica que invisibiliza saberes não hegemônicos.

Essa dinâmica, por sua vez, tem sido progressivamente questionada, especialmente a partir de marcos normativos como a Resolução n.º 7/2018, que reforçam a necessidade de integração entre os três pilares acadêmicos, embora não estendam sua obrigatoriedade à pós-graduação. Dessa forma, a inserção da extensão na pós-graduação apresenta-se como uma estratégia para democratizar o conhecimento, integrar epistemologias diversas e fortalecer a atuação social da universidade.

O problema central discutido neste artigo reside na dificuldade de consolidar a extensão como prática estruturante da pós-graduação, em um contexto no qual a pesquisa é frequentemente sobrevalorizada em detrimento das demais camadas acadêmicas. Essa hierarquização envolve não apenas a formação dos pós-graduandos, como também o potencial transformador da universidade na sociedade. A ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação da extensão na pós-graduação contribui para a sua marginalização, tornando urgente a elaboração de modelos que reconheçam seu impacto acadêmico e social.

A relevância desse tema justifica-se pela necessidade de se construir uma universidade mais democrática e socialmente referenciada. O avanço da curricularização da extensão na graduação já aponta para um caminho de reestruturação institucional, que pode e deve ser expandido à pós-graduação. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação de mestres e doutores não apenas amplia sua qualificação, mas também fortalece a produção científica como um instrumento de transformação social.

O objetivo deste artigo é, portanto, problematizar a inserção da extensão na pós-graduação, discutindo os desafios, possibilidades e implicações dessa integração. Além disso, busca-se evidenciar a importância da avaliação extensionista como estratégia fundamental para consolidar sua legitimidade no meio acadêmico.

O texto está estruturado em três partes: inicialmente, apresenta-se um panorama histórico e conceitual da extensão na universidade brasileira, enfatizando os desafios específicos da pós-graduação; em seguida, discute-se a relevância da avaliação como mecanismo de fortalecimento da indissociabilidade acadêmica; por fim, apresentam-se reflexões sobre caminhos e perspectivas para a institucionalização da extensão na pós-graduação.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: COMPROMISSO OU DESAFIO AVANÇADO?

A educação ocidental, influenciada pelo positivismo do século XIX, fragmentou o conhecimento e negligenciou o aprendizado como sujeito ativo. Esse modelo eurocêntrico e segregacionista separa os saberes, dificultando a reflexão e a descrição (Morin, 2001). No Brasil, a legislação educacional priorizou a relação entre ensino e pesquisa, deixando a extensão universitária em segundo plano (Magnani, 2002). Essa marginalização gerou uma barreira na identidade da universidade e limitou a extensão aos cursos de curta duração, reforçando sua fragilidade dentro da estrutura acadêmica (Gadotti, 2017).

A Constituição de 1988 estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central da universidade, garantindo a qualidade acadêmica e a formação de profissionais comprometidos com a cidadania. No entanto, a pós-graduação *stricto sensu* ainda enfrenta desafios para integrar essas dimensões, pois a tradição acadêmica tende a priorizar a pesquisa em detrimento do ensino e da extensão. Essa hierarquização limita a formação de profissionais preparados para as demandas sociais e reduz o impacto da universidade.

A falta de valorização à indissociabilidade comumente faz com que a prática universitária corrobore a manutenção de uma hierarquia que coloca a pesquisa em um patamar superior ao ensino e à extensão, o que impede a integração dessas três dimensões e limita o potencial da universidade para contribuir com o desenvolvimento social. Esse modelo científico tradicional, baseado na hierarquização do conhecimento, tende a privilegiar saberes considerados “oficiais” em detrimento de epistemologias diversas, desconsiderando práticas populares e locais (Mignolo, 2004; Santos, 2004). A valorização desigual entre os três pilares compromete a ética acadêmica e restringe o impacto da produção científica na sociedade.

A transdisciplinaridade, conforme Santos (2004) e Mignolo (2004), surge como uma alternativa para tornar a universidade mais inclusiva e relevante. Ao integrar diferentes perspectivas e superar barreiras disciplinares, essa abordagem promove a construção coletiva do conhecimento, valoriza a diversidade epistemológica e fortalece o papel social e intelectual.

Inspiradas na perspectiva freireana, entendemos a educação como um processo dialógico e emancipador, no qual a extensão universitária desempenha um papel crucial ao fomentar a reflexão crítica e a transformação social. Acreditamos que, embora não tenha o

poder de modificar diretamente a sociedade, a extensão promove a revisão de valores e conceitos entre os atores envolvidos, ampliando a consciência sobre a realidade social e contribuindo para mudanças duradouras (Freire, 2011).

Nas últimas décadas, observa-se uma crescente valorização dos saberes marginalizados produzidos por diferentes comunidades, em contraste com a postura conservadora tradicional. Essa tendência evidencia a tensão entre o modelo científico convencional e o papel social das universidades, uma vez que o conhecimento não é transferido unilateralmente de quem detém o saber para quem é considerado ignorante; ele se constrói nas relações entre o ser humano e o mundo, transformando-se e aprimorando-se por meio da problematização crítica dessas relações. Como destaca Paulo Freire (2013, p. 36), “[...] não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”.

A extensão, historicamente desvalorizada (Silva, 2000), vem ganhando espaço na academia. A Resolução n.º 7/2018 (Brasil, 2018) estabelece diretrizes para sua integração ao ensino superior, em alinhamento com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A normativa fortalece a relação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo políticas públicas e ampliando o impacto social da formação acadêmica (Oliveira, 2022).

Esse compromisso regulatório ampliou o conceito de extensão universitária, que, desde o Estatuto das Universidades Brasileiras¹, de 1931, era vista como mera coadjuvante no processo de formação. Agora, reconhecida como uma função essencial da universidade, ao lado da gestão, do ensino e da pesquisa, a extensão deve servir como instrumento para alcançar não apenas objetivos pedagógicos, mas também o compromisso social das instituições de ensino superior (IES) com a sociedade.

Apesar da obrigatoriedade da extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, muitas instituições ainda operam sob uma lógica produtivista, influenciada por uma perspectiva neoliberal. Essa postura perpetua um paradigma colonial, manifestando-se em um modelo de ensino dominante que limita os processos de aprendizagem e a crítica às condições sociais.

Essa racionalidade imperialista resulta em um currículo fortemente tecnicista, baseado em uma dinâmica de educação bancária (Freire, 2011) cujo objetivo é a absorção de técnicas, ferramentas e métodos úteis. Tal lógica, entretanto, deixa os estudantes despreparados para

¹ Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Revogado. Estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro, com a primeira previsão legal para a política pública de extensão universitária. Segundo o decreto a extensão possuía caráter utilitário ou educacional sem objetivar contribuir com a transformação da realidade social.

compreender plenamente a realidade em que atuam, incluindo os fatores culturais, políticos, sociais e ambientais que a influenciam. Assim, profissionais de diversas áreas são formados para atuar apenas em grandes processos produtivos hierarquizados e com alto investimento de capital.

A normativa de 2018 reafirma a não hierarquização entre as dimensões acadêmicas e ressalta a importância da extensão universitária. Ao estabelecer diretrizes mais claras sobre o conceito de extensão, sem detrimento da sua definição formal (Addor, 2021), a resolução adota explicitamente princípios decoloniais, incentivando práticas extensionistas que contribuem para a desconstrução da epistemologia dominante. Por outro lado,

embora a extensão tenha conquistado reconhecimento conceitual e normativo, sua implementação prática ainda enfrenta limitações. Tais limitações são observadas tanto nos documentos institucionais quanto nas próprias ações extensionistas, que frequentemente adotam abordagens instrumentais e reducionistas. A extensão é, muitas vezes, restringida a cursos de curta duração e atividades pontuais, além de ser subordinada à pesquisa e ao ensino, sendo tratada meramente como um veículo de divulgação de resultados acadêmicos ou como um reforço para o ensino formal (Silva; Santos, 2025, p. 2).

7

Essa orientação normativa aponta para uma extensão que se baseia na interação dialógica entre academia e sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e o engajamento social. Além de valorizar a formação cidadã, integra saberes de forma interprofissional e interdisciplinar ao currículo (Oliveira, 2022). Busca, ainda, transformar universidades e sociedade por meio da construção e aplicação do conhecimento, reforçando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em um processo pedagógico único.

Embora não haja amparo legal que torne a extensão obrigatória na pós-graduação, ela não é proibida, tornando-se uma possibilidade propositiva. Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE), as atividades de extensão na pós-graduação devem seguir o estabelecido na Resolução n.º 7, integrando-se ao fluxo formativo e promovendo o envolvimento em ações que demonstrem o potencial transformador do conhecimento produzido no contexto da pesquisa.

Defendemos que a aproximação entre extensão, ensino e pesquisa na pós-graduação traz ganhos qualitativos para a sociedade brasileira. Sustentamos que essa integração contribui para a formação de profissionais mais capacitados e comprometidos com o contexto social, desenvolvendo não apenas estudantes em formação, mas também profissionais em fase de especialização. A extensão ligada à pesquisa não se limita à aplicação e ao compartilhamento

de conhecimentos; está, sobretudo, na produção conjunta desses saberes e nos subsídios que eles oferecem para políticas públicas, além de contribuir para a solução de demandas sociais. Trata-se, portanto, de colocar a pesquisa a serviço da transformação social.

A educação é um instrumento estratégico para a reprodução do poder estatal, ocorrendo por meio do consenso e da coerção (Netto, 1992). No ensino superior, o Estado exerce controle sobre as universidades por meio da nomeação de gestores e da definição de políticas educacionais, influenciando o ensino e a pesquisa. Esse controle pode comprometer a função social das universidades, moldando políticas de extensão e pesquisa de acordo com interesses específicos. No entanto, a extensão emerge como uma prática essencial, especialmente na pós-graduação, por sua capacidade de ampliar a relação entre academia e sociedade.

Araya-Pizarro *et al.* (2024) identificaram diversos fatores que influenciam a extensão na pós-graduação, demonstrando que essa prática pode ser impulsionada por compromissos sociais e regionais, bem como por demandas acadêmicas e de financiamento. Esses fatores revelam que a motivação para a extensão não é homogênea e depende de uma interação complexa entre interesses pessoais, acadêmicos e institucionais.

Nesse sentido, a criação do primeiro Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), lançado em 2023, representa um marco recente e simbólico no esforço de consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. A iniciativa, desenvolvida em parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), busca estimular projetos interdisciplinares de alto impacto social e valorizar práticas extensionistas conduzidas por programas de mestrado e doutorado. Ao reconhecer a extensão como dimensão formativa da pós-graduação, o PROEXT-PG contribui para o rompimento da lógica produtivista que ainda predomina no meio acadêmico e reafirma o papel da universidade como agente de transformação social.

A dimensão social do ensino e da pesquisa, estabelecida pelo sistema federal para a extensão, destaca a responsabilidade das universidades e incentiva a comunidade acadêmica e técnica a contribuir para o enfrentamento de questões sociais, econômicas e culturais. Esse movimento abre espaço para a inserção da extensão na pós-graduação, sinalizando a importância de envolver os pós-graduandos em projetos que dialogam diretamente com as

demandas sociais. Essa mudança representa uma transição significativa de uma visão tecnicista e hierárquica da educação para uma abordagem mais democrática e inclusiva (Gadotti, 2017).

Atualmente, as contribuições da pesquisa científica à sociedade são mediadas por contextos políticos, culturais e sociais. Indicadores como a melhoria da qualidade dos serviços e o aumento da longevidade na área da saúde, bem como os resultados técnicos nas ciências exatas (Marziale; Mendes, 2007), demonstram esses impactos. No entanto, a inserção social da pós-graduação abrange um escopo mais amplo, envolvendo a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos, avaliados pela CAPES com base em indicadores que consideram o impacto educacional e social. Nesse cenário, a extensão universitária emerge como um mecanismo para romper com o modelo tradicional, valorizando uma abordagem mais inclusiva e plural, que integra diferentes formas de saber e contribui para a transformação social.

Ao incluir as demandas sociais e comunitárias no cerne da prática acadêmica, a extensão promove a revisão de valores e conceitos entre estudantes e profissionais em formação. Essa práxis, ao integrar-se à pesquisa, fortalece o compromisso da universidade com a sociedade e potencializa o desenvolvimento de soluções para problemas sociais (FORPROEX, 2012). Contudo, a avaliação da extensão universitária continua sendo um desafio. Diferentemente da pesquisa e do ensino, cujos resultados podem ser mensurados por meio de publicações e indicadores acadêmicos, a extensão exige métricas que considerem seu impacto social e seu potencial transformador (Bartnik, 2009). A falta de sistematização nas metodologias de avaliação compromete não apenas a institucionalização da extensão, mas também a sua integração efetiva com ensino e pesquisa. Nesse contexto, é imprescindível desenvolver instrumentos que não apenas identifiquem fragilidades, mas também fortaleçam o vínculo entre os três pilares acadêmicos e projetem a atuação das universidades para além dos muros institucionais.

Vianna (2000) destaca que os modelos científicos não visam resolver todos os desafios, mas servem como ferramentas metodológicas que orientam as investigações e ajudam a traduzir conceitos abstratos em realidades mensuráveis. Esse processo é fundamental para, com vistas à consecução de soluções para os problemas sociais, desenvolver indicadores que permitam avaliar como a extensão contribui, tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para o acadêmico dos atores envolvidos.

Ao reconhecer a extensão universitária como um catalisador da transformação social, sua incorporação na pós-graduação deve ser vista como um passo essencial para consolidar a indissociabilidade entre as dimensões acadêmicas. A universidade, enquanto espaço de formação e produção do conhecimento, deve adotar uma postura participativa, comprometida com a construção de saberes coletivos e transdisciplinares. Somente assim será possível superar a fragmentação histórica do tripé universitário e garantir que a extensão cumpra plenamente seu papel acadêmico e social.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM COMPROMISSO INADIÁVEL

As universidades brasileiras têm um papel essencial na construção do tecido social, especialmente no que diz respeito à formação acadêmica e ao compromisso com a garantia de direitos. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que o ensino superior assuma plenamente sua responsabilidade social. A integração da extensão universitária à pós-graduação não é apenas uma orientação normativa, mas uma necessidade urgente para que possamos formar profissionais realmente preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

Desde a criação da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951, o Brasil passou por uma expressiva remodelação no ensino superior, que consolidou a pós-graduação como pilar do avanço científico e tecnológico. No entanto, esse desenvolvimento se deu com uma ênfase desproporcional na pesquisa, relegando a extensão a um papel secundário. Tal desequilíbrio precisa ser corrigido.

A extensão universitária é uma prática pedagógica transformadora, que fortalece a relação entre ensino e pesquisa ao priorizar a conscientização social e a interação com a realidade. Não se faz educação apenas com teorias, como bem destacou Saviani (2010). Todavia, apesar de a Resolução de 2018 do Ministério da Educação prever a curricularização da extensão, sua implementação na pós-graduação ainda é tímida. Segundo dados do FORPROEX de 2017, 61,1% dos programas de pós-graduação já incentivam a participação dos alunos em atividades extensionistas; mas por que não 100%?

Infelizmente, muitas universidades ainda enxergam a extensão como uma atividade menos nobre dentro do tripé acadêmico. Como bem pontua Paiva (2018), há desconhecimento

sobre o que é extensão até mesmo entre extensionistas, o que leva a um desvio de foco – muitos projetos acabam voltados ao público interno, quando deveriam priorizar o externo. Além disso, há pouca valorização institucional da extensão nos critérios de avaliação acadêmica, o que desencoraja sua expansão.

Essa visão precisa mudar. A inserção da extensão na pós-graduação fortalece a formação dos estudantes, pois os desafia a aplicar o conhecimento acadêmico em situações reais, promovendo um diálogo produtivo entre a universidade e a sociedade. Universidades que fomentam projetos de extensão alinhados às suas atividades acadêmicas cumprem melhor seu papel de formar mestres e doutores comprometidos com a transformação social e o desenvolvimento sustentável.

Há, no entanto, um desafio crucial: como avaliar o impacto da extensão? A mensuração de seus resultados ainda é um ponto de divergência teórica e dificuldade prática, mas é um passo essencial para que a extensão seja reconhecida como componente indispensável da formação acadêmica. Não se pode formar pesquisadores e futuros docentes sem prepará-los para atuar na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária na pós-graduação não pode ser um mero apêndice das atividades acadêmicas. Ela precisa ser estruturada e valorizada para que cumpra seu potencial transformador. As universidades que ignoram essa dimensão formam profissionais desconectados da realidade social e das demandas da população. O futuro da educação superior depende dessa integração. Resta saber se teremos a coragem de enfrentar esse desafio.

11

4 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

A sistematização e avaliação das práticas extensionistas na pós-graduação *stricto sensu* são estratégias para fortalecer sua relevância acadêmica e seu impacto social. Sem instrumentos robustos e adaptados a esse nível de ensino, a integração entre ensino, pesquisa e extensão permanece fragmentada, limitando o diálogo entre universidade e sociedade. Como afirmam Santos *et al.* (2013), a avaliação não é apenas uma formalidade burocrática, senão um mecanismo político e científico que requer critérios claros para articular metas institucionais, impactos qualitativos e a complexidade das interações comunitárias.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034)², lei decenal que está em discussão no Congresso Nacional, reforça esse compromisso ao reafirmar, em suas diretrizes, a necessidade de integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis da educação superior. O documento amplia o horizonte do PNE anterior (2014-2024), ao reconhecer a relevância das práticas extensionistas para a inovação, a equidade e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a CAPES tem sinalizado avanços no debate sobre indicadores de impacto social da pós-graduação, estimulando a criação de parâmetros avaliativos que considerem a contribuição dos programas para a formação cidadã e para a solução de problemas concretos da sociedade.

Na extensão, a avaliação precisa ir além de análises superficiais, incorporando indicadores que expressem tanto a profundidade acadêmica quanto os efeitos sociais das ações. Na pós-graduação, essa exigência é ainda maior, dado o vínculo entre pesquisa aplicada e demandas comunitárias. Modelos que combinem métricas quantitativas – produtividade acadêmica e alocação de recursos – e métricas qualitativas – transformação social e engajamento comunitário – permitem identificar lacunas e potencialidades, embasando decisões institucionais em evidências (Worthen *et al.*, 2004).

Embora a avaliação da extensão tenha avançado na graduação após sua curricularização em 2018, na pós-graduação persiste a carência de instrumentos específicos. Mecanismos como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 2004, e indicadores como aqueles do Índice Brasileiro de Extensão Universitária³ (IBEU), com seus 52 parâmetros para instituições públicas (Maximiano Junior *et al.*, 2017), representam avanços, mas não contemplam plenamente a complexidade da pós-graduação nas universidades.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2013, p.97) destacam a necessidade de ir além dos indicadores oficiais, construindo “modelos autônomos que contemplem a visão dos atores

² O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 teve sua vigência prorrogada até o final de 2025. O novo PNE, proposto por meio do Projeto de Lei n.º 2.614/2024, ainda em tramitação no Congresso Nacional, busca sanar lacunas do plano anterior e fortalecer a cooperação federativa entre a União, os Estados e os Municípios.

³ Segundo assevera Maximiano Junior *et al.*, o IBEU, desenvolvido pelo FORPROEX, consiste em um sistema de avaliação composto por 52 indicadores, organizados em 05 (cinco) dimensões interdependentes. Seu objetivo é mensurar a qualidade, o desempenho e o impacto das atividades de extensão nas IES públicas brasileiras, promovendo um padrão nacional de análise e gestão. O IBEU representa um marco para a avaliação padronizada das atividades de extensão, oferecendo às IES públicas um instrumento transparente e alinhado às suas realidades. Ao integrar dimensões estratégicas, operacionais e sociais, o sistema não apenas fortalece o reconhecimento do papel social das universidades, mas também orienta o aprimoramento contínuo de práticas que conectam o conhecimento acadêmico às demandas da sociedade.

institucionais em seus processos e lutas internas, e que se busque contemplar os impactos acadêmicos e sociais, principalmente do campo qualitativo”. Para suprir essa lacuna, a criação de indicadores específicos à pós-graduação exige abordagem crítica, sensível às particularidades institucionais e de seus parceiros sociais, no mesmo sentido que a eficácia das práticas acadêmicas depende de avaliações fundamentadas em dados, que evidenciem tanto o rigor científico quanto a relevância social. Assim, se faz necessário adotar uma abordagem crítica e fundamentada em dados para garantir que as práticas acadêmicas, incluindo a extensão, sejam realmente eficazes e relevantes para a sociedade.

Como avaliar, por exemplo, o impacto de uma pesquisa aplicada desenvolvida em cooperação com comunidades vulneráveis? Além de métricas tradicionais, como publicações e parcerias, é preciso incluir dimensões como capacitação local, sustentabilidade de projetos e transformação de políticas públicas.

Nesse cenário, a avaliação não se restringe à mensuração de resultados, mas se integra ao próprio processo extensionista como prática reflexiva. Ao registrar e analisar criticamente as ações desenvolvidas, ela favorece a produção de conhecimento a partir do diálogo universidade-sociedade. Essa abordagem processual permite ajustes contínuos, transformando a avaliação em espaço formativo para estudantes, profissionais em formação, professores e comunidades participantes.

Como ressalta Santos *et al.* (2013, p. 84),

não avaliar significa voar às cegas, confiando em sensações momentâneas, subordinando-se a políticas institucionais ou públicas sem contestá-las, desperdiçar recursos e oportunidades e trabalhar com pouca chance de sucesso.

Nesse sentido, a integração entre avaliação formativa – que ajusta projetos em andamento – e a avaliação somativa – que analisa resultados finais – configura-se como estratégia que otimiza recursos, realinha projetos às demandas sociais e emerge como caminho promissor. Essa dualidade permite não apenas otimizar recursos, mas também repensar estratégias de forma dinâmica, alinhando a extensão aos objetivos institucionais e às demandas contemporâneas.

Nas universidades brasileiras, tal modelo poderia fortalecer a tríade ensino-pesquisa-extensão, formando profissionais engajados e fomentando pesquisas socialmente relevantes. Indicadores como engajamento comunitário, transformação de práticas pedagógicas e

fortalecimento de redes colaborativas emergem como parâmetros-chave para capturar a complexidade do impacto extensionista.

A avaliação sistemática da extensão na pós-graduação não é um fim em si mesmo, mas um instrumento essencial para consolidar a extensão como dimensão acadêmica. Com modelos críticos, flexíveis e participativos, a universidade pode direcionar recursos de forma mais eficiente, estabelecer parcerias estratégicas e mensurar impactos reais, transcendendo a lógica do “fazer pelo fazer”. Se queremos uma extensão que realmente transforme, precisamos avaliá-la de forma séria, estruturada e comprometida com a justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios da contemporaneidade exigem que a universidade amplie seu compromisso com a sociedade, e a extensão universitária é um instrumento essencial nesse processo. No entanto, sua integração na pós-graduação ainda enfrenta resistências, devido a um modelo acadêmico que privilegia a pesquisa e invisibiliza práticas socialmente referenciadas.

Para reverter esse cenário, é essencial consolidar a extensão como dimensão estruturante da formação acadêmica, com mecanismos de avaliação adequados e políticas institucionais que garantam sua eficácia implementada. Projetos que articulam ensino, pesquisa e extensão demonstram que uma universidade pode ser um agente ativo na transformação social, respondendo às demandas concretas da população.

Mais do que um requisito normativo, a extensão deve ser compreendida como um compromisso ético e político da universidade. Sua plena incorporação na pós-graduação representa um passo fundamental para superar a fragmentação acadêmica e fortalecer a produção de conhecimento como ferramenta de justiça social e democrática.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. Extensão tecnológica e tecnologia social: reflexões em tempos de pandemia. **NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 21, p. 395-412, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38644>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ARAYA-PIZARRO, Sebastián; VERELST, Nicolas; PALLERO-CASTILLO, Diego; VÁSQUEZ-ÁNGEL, Valentina. Motivación y apoyo organizacional como determinantes de la extensión universitaria de posgrado: hallazgos desde Chile. **Cuadernos de Investigación Educativa**, Montevideo, v. 15, n. 1, 2024.

BARTNIK, Flávia Maria Pires. **Ação extensionista em universidades católicas e comunitárias e sua avaliação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jul. 2024.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Reproblematizando o(s) conceito(s) de educação popular. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Educação popular hoje: variações sobre o tema**. São Paulo: Loyola, 1998. p. 123-149.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Diretoria de Avaliação. **Documento de Área: Educação**. Brasília, DF: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~anped11>. Acesso em: 4 set. 2024.

MARZIALE, Maria Helena Palucci; MENDES, Isabel Amélia Costa. A inserção social da pós-graduação em Enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso em: 4 set. 2024.

MAXIMIANO JUNIOR, Manoel (org.) *et al.* **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande, PB: EDUEFCG, 2017.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Andrea. **Extensão universitária como práxis dialógica: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras**. Curitiba: CRV, 2022.

PAIVA, Cláudio Cesar de (org.). **Extensão universitária, políticas públicas e desenvolvimento regional**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-812.

SANTOS, Sonia; MEIRELES, Fernando; SERRANO, Rossana. Avaliação da extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: **Avaliação da extensão universitária**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Interlocuções pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA, Andrea Oliveira da; SANTOS, Jocineia Pereira dos. Movimento e transformação: a dança como agente de mudança social na extensão universitária. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, Viçosa, v. 14, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21284/elo.v14i.19923>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/19923>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/inicio.htm>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente, 2004.

Recebido em: 11 dez. 2025.

Aceito em: 12 maio 2026.